

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

VANDA JANDIRA DALA DOS SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR RURAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE
2008-2015**

CRICIÚMA/SC

2018

VANDA JANDIRA DALA DOS SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR RURAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE
2008-2015**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam.

CRICIÚMA/SC

2018

VANDA JANDIRA DALA DOS SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR RURAL EM ANGOLA NO PERÍODO DE
2008-2015**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 22 de Junho de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dimas de Oliveira Estevam - Doutor - (UNESC) - Orientador

Profa. Liara Darabas Ronçani - Mestre - (UNESC)

Profa. Giovana Ilka Jacinto Salvaro - Doutora- (UNESC)

Dedico este trabalho de conclusão de curso à minha família, cheguei até aqui por vocês amovos incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pelo fôlego de vida, por ser a minha força e o meu sustento diário nesta caminhada.

Aos meus pais Abraão e Emília que sempre me mostraram os caminhos certos da vida, educaram-me, ensinaram-me a ser uma pessoa melhor, investiram e acreditaram em mim, nunca mediram esforços para que eu conseguisse alcançar este objetivo, só Deus sabe o quanto eu sou grata. Agradeço também aos meus irmãos Higino, Arlindo, Tatiana, Arténisio com toda certeza vocês foram e continuarão a ser minha maior motivação.

Aos meus amigos e companheiros de batalha Marta Quilobo, Luisa Solange, Edera Barreto, Jéssica Caronilda, Suemy Barreto, Nadioreth Feliciano, Patrícia Miguel, Hady Yolanda, Ana Cleusia, Eliane Damião, Domingos Francisco, Emanuel Biunda, Alexandre Quinguiri, Rigoberto Suquila, Dilson Santana.

Aos professores pelos ensinamentos transmitidos ao logo deste percurso, em especial ao meu orientador Dimas de Oliveira Estevam e aos professores Amauri de Sousa Porto Júnior e Giovana Ilka Jacinto Salvaro, que muito me apoiaram, dedicaram o seu tempo, paciência e carinho na construção deste trabalho e por todas as palavras de incentivo e força durante o período de realização do mesmo.

Salmos 23:1

O Senhor é o meu pastor, nada me faltará.

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de identificar quais as principais Políticas públicas para o setor rural em Angola no período de 2008-2012 com a finalidade de verificar a eficiência e os resultados na aplicação destas políticas. A pesquisa teve abordagem quantitativa e qualitativa, com delimitação documental e coleta de dados, dados estes recolhidos a partir de artigos científicos e instituições governamentais angolanas e internacionais, como: Banco Mundial, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, Nações Unidas, Organização Mundial da Saúde, Centro de Estudos e Investigações Científica da Universidade Católica de Angola, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Angola, Ministério da Economia de Angola, Instituto Nacional de Estatística de Angola. Os principais problemas encontrados no setor em estudo foram: baixa produtividade, infraestrutura danificadas, estradas destruídas devido o conflito armado, falta de crédito, assistência técnica deficiente, entre outros. Diante disto, o governo angolano criou algumas políticas públicas no sentido de solucionar, desenvolver o setor em estudo, como: Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico das Comunidades Rurais, Programa de Apoio a Comercialização Rural, Programa de Promoção do Crédito e Seguro Agrícola. Das principais políticas públicas encontradas para o setor rural em Angola, apenas o Programa de Promoção do Crédito e Seguro Agrícola com linha especial de crédito, nomeadamente o Crédito agrícola de campanha apresentou resultados. No entanto, cabe ressaltar que devido a carência de dados não foi possível verificar os resultados das outras políticas públicas, talvez os resultados estejam em documentos arquivados nos órgãos públicos ou pode se dar o caso de que não tenham sido implementadas.

Palavras-chave: Angola. Rural. Agricultura. Políticas Públicas.

LISTA DE MAPAS

Figura 1 - Angola no mapa de África	28
Figura 2 - Mapa político de Angola.....	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano em Angola(2000-2015)	36
Tabela 2 - Número de nascimentos em Angola (por 1000 Habitantes)	37
Tabela 3 - Taxa de Mortalidade, menores de 5 Anos em Angola (por 1000 nascidos vivos)	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Orçamento Geral de Estado para agricultura angolana (2007-2018)44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CASA-CE Convergência Ampla da Salvação de Angola
CEEAC Comunidade Econômica da África Central
CEIC/UCAN Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola
CPLP Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa
ECP Estratégia de Combate à Pobreza
FAO Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FIDA Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FNLA Frente Nacional de Libertação de Angola
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
INE Instituto Nacional de Estatística
MPLA Movimento Popular de Libertação de Angola
MINSÁ Ministério da Saúde
MINAGRI Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MINPLAN Ministério do Planeamento
OGE Orçamento Geral do Estado
OMS Organização Mundial Da Saúde
PIB Produto Interno Bruto
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SADC Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
UNITA União Nacional para Independência Total de Angola

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL	18
2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	22
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS	24
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	27
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DE ANGOLA: ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E SOCIECONÔMICOS	27
3.3.1 Perfil político	29
3.3.2 Cenário Econômico	32
3.3.3 Conjuntura Social	35
3.2 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL EM ANGOLA.....	38
3.3.4 Dificuldades ao desenvolvimento do setor em estudo	43
3.3.5 Políticas públicas para o setor rural e para agricultura familiar em Angola	44
3.3.5.1 <i>Programa de desenvolvimento da agricultura familiar</i>	45
3.3.5.2 <i>Programa de desenvolvimento sócio-econômico das comunidades rurais</i> ...	45
3.3.5.3 <i>Programa de apoio a comercialização rural</i>	46
3.3.5.4 <i>Programa de promoção do crédito e seguro agrícola</i>	46
4 CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

A República de Angola é um dos países mais ricos em recursos naturais da África ocidental como petróleo e diamantes, com grande potencial agrícola, mas apesar do crescimento econômico o desenvolvimento social ainda é muito precário, muito dos problemas causados pelo conflito armado na qual o país passou. (ROCHA, 2012). Conflito este que durou 27 anos (1975 a 2002), deixando o país desestruturado econômica e socialmente, em termos de infraestruturas, êxodo da população rural. Antes da guerra civil, o setor agrícola do país era capacitado no que concerne à satisfação da maior parte das necessidades alimentares da população, é importante ressaltar que antes deste conflito Angola era um dos maiores exportadores de café do mundo bem como de outros produtos como sisal, milho, algodão, mandioca, banana e óleo de palma (azeite de dendê). Nos dias atuais, Angola já não tem a mesma potencialidade o que acaba não satisfazendo às necessidades da população, fazendo assim com que o país seja dependente das importações de produtos alimentares (AGRONEGÓCIO, 2014).

A infraestrutura do país ainda está em reconstrução e por isso há falta de estradas, e pontes que permitam aos agricultores o acesso aos mercados, o que impõe dificuldades ao comércio. Os mesmos não têm acesso a insumos agrícolas e outros bens necessários para que produzam novamente. (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUES, 2013). As minas terrestres ainda existentes nos campos representam um perigo para aqueles que querem voltar para as suas terras e cultivá-las. (JOVIER; PINTO; MARCHAND, 2012).

O setor rural exerce um papel fundamental para a situação econômica e social de um país, em Angola a precariedade neste setor ainda é muito visível, levando em consideração as dificuldades nele encontradas, a temática revela a necessidade de estudar o atual cenário rural e da agricultura Angolana, de verificar quais as principais políticas públicas para o setor e seus mecanismos de efetivação, de modo a compreender como as mesmas operam em termos práticos.

Para Teixeira (2015), o estudo das políticas públicas estabelece um condutor imprescindível para promover o desenvolvimento local. Segundo o autor, são as políticas públicas que norteiam a ação governamental a nível setorial e a nível local. E isso nos

leva a um debate de suma importância quanto à eficácia na implementação das Políticas públicas no setor em estudo, e este questionamento nos conduz a uma análise em relação aos caminhos vigentes e a sua efetividade.

Diante desta situação, surge a seguinte indagação: Quais são as principais políticas públicas para o setor rural em Angola no período de 2008-2015? Direcionado por este questionamento o objetivo geral do estudo fica definido como: Verificar quais são as principais Políticas públicas para o setor rural em Angola no período de 2008-2015, o período foi escolhido em função de que abrange a criação das primeiras políticas públicas. Como objetivos específicos, o estudo busca:

- Apresentar indicadores socioeconômicos de Angola (PIB; população rural e urbana; taxa de escolaridade; expectativa de vida ao nascer; taxa de mortalidade infantil; IDH, entre outros)
- Descrever o cenário rural e da agricultura familiar angolana, bem como o papel que ocupam no desenvolvimento do país.
- Apresentar as principais políticas públicas para o setor rural nos campos da produção e da comercialização.

Tendo em vista cumprir os objetivos estabelecidos, foi realizada uma pesquisa descritiva. Pesquisas descritivas estudam as características de um grupo, sua descrição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado etc. esses tipos de pesquisas são as que se propõem estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra e outros; são consideradas nesse grupo, pesquisas opiniões, atitudes de crença de uma população; também a pesquisa descritiva visa descobrir a existência de associações entre variáveis, como rendimento e escolaridade (GIL,1994). Em seguida, o pesquisador analisa os resultados com a máxima atenção, com a finalidade de elaborar generalizações importantes que respondem o seu problema de estudo e assim contribuir

para o conhecimento (GIL, 2002). No que concerne ao delineamento foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica visa coletar informações sobre o tema que já foram publicados (MARCONI; LAKATOS, 2008). Assim sendo, a presente pesquisa recorreu à utilização de referencial teórico tais como livros, material electrónico e artigos para fundamentar o tema proposto. Para Santos (2000), a pesquisa documental é efetuada em diversas fontes tais como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza, notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais. Para a verificação e identificação de quais as principais Políticas públicas para o setor rural em Angola no período de 2008-2012, a pesquisa documental realizada foi feita a partir do levantamento de informações contidas em várias fontes, tais como Banco Mundial, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, Organização Mundial da Saúde, Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação, Centro de Estudos e Investigações Científica da Universidade Católica de Angola, relatórios do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Angola, do Ministério da Economia de Angola, do Instituto Nacional de Estatística de Angola, alguns destes relatórios publicados e outros arquivados.

Após o levantamento dos dados necessários para a realização da pesquisa, os resultados foram examinados por meio da abordagem qualitativa e quantitativa. Diante do exposto até então, estima-se que se trata de uma pesquisa importante para a sociedade e para a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), pois reúne um número expressivo de académicos angolanos e poderá servir para eventuais consultas por parte destes e para propiciar outros estudos sobre o tema. Pretende-se ainda que, a partir desse estudo, mais assuntos envolvendo este tema sejam abordados, objetivando a sustentabilidade e o desenvolvimento das políticas públicas em Angola para o setor rural.

Além da introdução e conclusão, o presente trabalho está estruturado em 3 capítulos. No segundo capítulo foi apresentando a fundamentação teórica, trazendo os conceitos de base teórica, tais como o Desenvolvimento rural, Desenvolvimento rural para agricultura familiar. O terceiro capítulo trata da apresentação e análise dos dados, aonde é

trazido a Contextualização De Angola: Aspectos geográficos, históricos e socioeconômicos, em seguida, Agricultura familiar e desenvolvimento rural em Angola, Dificuldades ao desenvolvimento do setor em estudo, Políticas públicas para o setor rural e para agricultura familiar em Angola.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL

Cabe ressaltar que no presente capítulo trago autores Brasileiros devido à carência ou até mesmo a inexistência de autores Angolanos que falem de uma maneira profunda ou geral sobre o tema em questão.

Para Navarro (2001), desenvolvimento rural é uma ação, anteriormente combinada, que conduz transformações em um determinado ambiente rural, designando o Estado nacional e seus níveis subnacionais, como crucial.

Abramovay (2003), sustentando-se no princípio de que ruralidade é um conceito de natureza territorial e não-setorial, aponta três aspectos fundamentais na qual caracterizam o meio rural: a relação com a natureza, a importância das áreas escassamente povoadas e a dependência do sistema urbano. O bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso depende da atividade econômica das cidades próximas e mesmo dos grandes centros urbanos mais afastados.

Embora existam inúmeras definições sobre o que é rural, segundo Kageyama (2003), o debate sobre a definição do que é rural praticamente é infundável, mas ainda assim há uma conformidade sobre os seguintes pontos: rural não é sinônimo de agrícola e não tem exclusividade sobre este; o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional, ou seja, funções produtiva, ambiental, ecológica, social; as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; não existe um afastamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas vizinhas.

Para a autora, o desenvolvimento rural tem certa especificidade que é o fato de se referir a uma base territorial, local ou regional, em que interagem diversos setores produtivos e de apoio, e nesse sentido se trata de um desenvolvimento “multissetorial”. Simultaneamente, no processo geral de desenvolvimento, as áreas rurais desempenham diferentes ocupações que vão se modificando no decorrer desse processo. A função produtiva, que antes era limitada à agricultura, passa a alcançar múltiplas atividades:

O artesanato e o processamento de produtos naturais e aquelas ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora inverteu-se, requerendo-se o desenvolvimento de infra-estrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção após as fases iniciais da industrialização (inclusive do campo) e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase públicos, como paisagem, florestas e meio ambiente em geral. Assim, o desenvolvimento rural, além de multissetorial, deve ser também multifuncional". (KAGEYAMA, 2003, p.415)

Para Veiga (2000), não existe desenvolvimento rural como fenômeno solidificado e separado do desenvolvimento urbano. O desenvolvimento é um processo de difícil compreensão, razão pela qual muitas vezes se recorre ao recurso resumido mental, como, por exemplo, estudando separadamente o desenvolvimento econômico, ou, como propõe o autor, pode-se estudar separadamente o "lado rural do desenvolvimento".

Na abordagem apresentada pela Kageyama (2003), com base em Baptista (2001), no início do século 20, a Sociologia Rural diferenciava o rural do urbano.

[...] estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar, com base nalgumas variáveis (ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações, sistema de integração social), os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço, sem rupturas, num contínuo gradual entre os pólos extremos. (BAPTISTA, 2001, apud KAGEYAMA, 2003, p.381).

Mas esses componentes delineadores sobre o que é o rural foram se alterando no decorrer da história, adquirindo desta forma novos contornos: a grande propriedade já não reina na totalidade, a agricultura se modernizou, a população rural passou a adquirir rendimentos nos arredores das cidades, a indústria adentrou nos espaços rurais e reduziram-se as diferenças culturais entre campo e cidade:

O espaço [rural] é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos econômicos. (KAGEYEMA, 2003, p. 55)

Diante das inúmeras definições existentes sobre o que é desenvolvimento rural, pode-se perceber a concepção de que desenvolvimento rural deve harmonizar a perspectiva econômica que seria o aumento do nível e estabilidade da renda familiar e a perspectiva social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável e digno), e que sua trajetória principal possa se localizar na diversificação das atividades que geram pluriatividade, ou seja, renda. A própria literatura sobre o tema em questão nos remete a ideia de que o desenvolvimento rural não deve e não pode ser unicamente econômico, mas deve também abranger aspectos sociais e ambientais. (KAGEYAMA, 2003)

Segundo Navarro (2001), é possível sentir uma relativa ausência no que diz respeito ao debate acadêmico e político abrangente e continuado de forma genérica sobre desenvolvimento rural, desenvolvimento este que apenas recentemente parece se impor, é essencial ainda que seja de forma resumida apresentar algumas diferenças conceituais. Para o autor sua oportunidade é reforçada, por exemplo, pelo fato de se observar que há uma carência no que concerne a consolidada tradição de análise das políticas públicas para o mundo rural, que procurasse averiguar, verificar as iniciativas adotadas pelo governo dirigidas ao desenvolvimento rural na história agrária brasileira recente, não exclusivamente em relação aos seus impactos, mas do mesmo modo reativamente à sua racionalidade e métodos.

Diante do exposto, cabe fazer a seguinte indagação: Quais as motivações que estiveram na base para que as discussões que têm acontecido nos dias atuais sobre este amplo tema que é o desenvolvimento rural fossem estimuladas e ganhassem relevância, proporção, e principalmente legitimidade? Para responder tal questionamento, Schneider (2007) vai descrever algumas motivações.

A primeira está associada a história dos debates no que tange a agricultura familiar e da sua capacidade, influência, como referência social, econômica e produtiva para o Brasil, hoje em dia ela tem uma legitimidade excepcional de formar-se como referência em

resistência a outras noções da mesma forma poderosas, como por exemplo a de agronegócio (SCHNEIDER, 2007).

Para o autor, outra motivação, no decurso reemergente do debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil, está relacionado a consequência da crescente atuação e ação do Estado no meio rural, que ocasionou por meio das políticas para a agricultura familiar bem como das ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, entre outras. Quando ainda no governo de Itamar Franco e depois Fernando Henrique Cardoso, o Estado passa a reconhecer, validar os protestos feitos pelos movimentos sociais e a viabilizar várias ações inéditas no meio rural, destacando uma das principais ações que foi a aceleração da reforma agrária, o que ocorreu pós sanção da Lei Agrária e do Rito Sumário, em 1993, sendo posteriormente criada a Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, que mais tarde viria a ser transformada no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1998. Em seguida, constitui-se a secretaria de desenvolvimento rural (SDR-MAPA), também transferida para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e por fim, a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, que passou então a ser a principal política pública destinada aos pequenos agricultores no Brasil.

Segundo Schneider (2007) desde esse momento, seu crescimento no que diz respeito em termos de recursos bem como de contratos é acelerado e é importante aqui destacar, principalmente a partir de 2004, com um orçamento que chegou acima de nove bilhões de reais na safra no período de 2007-2008, superando desta forma a marca de um milhão e meio contratos financiados. Para o autor, a função do Estado vem crescendo e se ampliando desde meados da década de 1990, além do mais diversificando a sua perspectiva, não limitado apenas apoiando assentamentos de reforma agrária e ao crédito para agricultura familiar, mas também abordando diversos temas como políticas de segurança alimentar, combate às formas precárias de trabalho, regularização fundiária, apoio as populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhos) e ações de desenvolvimento territorial.

Por fim, não menos importante, conforme Schneider (2007), outra motivação que vem fortalecendo a discussão sobre desenvolvimento rural no Brasil, no período recente, está associada a sustentabilidade ambiental, o debate em torno desta questão ultrapassa

o limite do espaço rural, pois a própria discussão sobre a sustentabilidade é anterior à retomada do debate sobre o desenvolvimento rural. Neste caso, ocorre a convergência de dois temas que emergem no cenário social, político e intelectual ao mesmo tempo, que foi a primeira metade de década de 1990.

Assim fica aqui evidenciado que as definições de desenvolvimento rural tal como a agricultura familiar não devem ser associadas ao objetivo somente econômico pois seus objetivos vão muito além disso, deve-se também englobar aspectos sociais e ambientais.

2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Existem inúmeras definições sobre agricultura familiar, Carmo (1999) vai conceituar a agricultura familiar como forma de organização produtiva na qual os preceitos não se sujeitam exclusivamente pela perspectiva da produção e do lucro econômico, mas leva em consideração as carências e objetivos da família. Contrariando assim a agricultura patronal em que há completa separação entre gestão e trabalho, o que não acontece no modelo familiar, pois estes fatores estão intimamente relacionados.

De acordo com Schneider (2010) a agricultura familiar engloba múltiplas formas de fazer agricultura que se singulariza segundo diferentes tipos de famílias o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica, e assim por diante. Do norte a sul do Brasil, é possível encontrar essa multiplicidade de agricultores familiares, muitos deles respondendo a denominações locais e regionais, nomeadamente colono, sitiante, posseiro, morador, ribeirinho, entre outras.

O autor vai evidenciar que anteriormente à década de 1990, o termo agricultura familiar no Brasil era quase inexistente, em virtude de que os termos normalmente utilizados para qualificar estes agricultores familiares eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. A criação e o reconhecimento da agricultura familiar são resultados das lutas do movimento sindical por crédito, melhoria de preços, formas de comercialização diferenciadas, implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, que ocorreram no período em que o Brasil ingressa na onda neoliberal.

De acordo com Wanderley (2000), dois marcos de grande importância trouxeram modificações significativas para o mundo rural brasileiro, primeiro pelo fato de que os agricultores familiares previamente denominados como os pobres do campo produtores de baixa renda ou pequenos agricultores, e hoje a agricultura familiar ser reconhecida oficialmente como um ator social. Atualmente os agricultores familiares são notados como sendo portadores de outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal prevalecente no país.

No segundo marco, a forte e satisfatória demanda por terra, realizada pelos movimentos sociais rurais, fez surgir na reforma agrária um setor de assentamentos. Segundo Wanderley (2000), um dos principais resultados desses dois marcos foi a revalorização do meio rural compreendido como espaço de trabalho e de vida, isso encontra expressão na demanda pela permanência na zona rural ou retomo à terra. Essa ruralidade da agricultura familiar que povoa o campo e anima a vida social contrapõe a ausência praticada pela agricultura latifundiária que esvazia e desvaloriza o meio rural, opõe-se também ao mesmo tempo à visão monopolizada da urbanização soberana na sociedade e a ideia de um meio rural sem agricultores. (WANDERLEY, 2000).

Delgado e Bergamasco (2017, p. 65) vão descrever que:

A sociedade brasileira é recortada, no tempo e no espaço, por interesses conflitantes de grupos e classes sociais. Esses interesses expressam concepções distintas de desenvolvimento, que disputam entre si os rumos a serem dados à própria sociedade. No que se refere ao desenvolvimento rural, dois projetos estão assim polarizados: por um lado, o projeto hegemônico, que se traduz pela modernização conservadora da agricultura, centrada na grande empresa agropecuária, cujos fundamentos socioeconômicos e políticos são dados pela propriedade concentrada da terra e demais recursos produtivos e para a qual são prioritariamente canalizados os recursos financeiros administrados pelo Estado. O desenvolvimento rural, nesse caso, é visto como decorrência do desenvolvimento da grande agricultura, adotando, portanto, um enfoque setorial, excludente e empobrecedor [...]. Essa concepção tem como foco, o desenvolvimento da agricultura familiar em sua grande diversidade e o reconhecimento das particularidades das comunidades tradicionais, parcela importante das populações do campo.

Atualmente é possível vermos os avanços que a agricultura familiar teve, trazendo consigo mudanças significativas para o mundo rural Brasileiro, mas esse processo, esse

avanço não seria possível sem as políticas públicas, estas que por sua vez de uma maneira geral são estratégias para diagnosticar os obstáculos, os entraves, analisá-los, definir as soluções e por fim implementá-las a fim de serem solucionados.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Com o passar do tempo, o interesse acadêmico e não só pelas políticas públicas vem crescendo, isso devido à complexidade e importância destas políticas desde a sua determinação, formulação, implementação e avaliação.

Para Faria (2003), podemos defini-la como sendo a elaboração e implantação de métodos de ação por parte dos governos, no qual há identificação e seleção de determinados problemas sociais que, na perspectiva dos gestores públicos, é de suma importância que sejam enfrentados. Assim sendo, as políticas públicas tornam-se estratégias que possibilitam e norteiam a intervenção do Estado (OFFE, 1984). Em termos práticos, as políticas públicas assumem a forma de estratégias de ação, ou seja, ideias, planos, programas ou projetos em que normalmente abrange uma pesquisa sobre algum problema definido e conseqüentemente uma proposta para solucioná-lo. Dessa forma, constituem uma visão sobre o problema e uma proposta para resolvê-lo, significam também a seleção de determinados problemas e a eliminação de outros, portanto, as políticas públicas são arenas de disputas sobre projetos políticos em competição (FARIA, 2003).

Para Souza (2006), é evidente que ideias e interesses que não estejam em concordância geram disputas sobre a vantagem de orientar a ação dos governos, caracterizando a autogovernança relativa destes na definição de suas próprias estratégias de ação. Deste modo, torna-se uma indagação a ser compreendida, em cada caso, o dever do governo na definição, elaboração e efetivação de políticas públicas.

Conforme Kotlinski e Giuliani (2012, p.302):

[...] podemos considerar que grande parte da atividade política dos governos se destina à tentativa de satisfazer as demandas que lhes são dirigidas pelos atores sociais ou aquelas formuladas pelos próprios agentes do sistema político, ao

mesmo tempo que articulam os apoios necessários. Na realidade, o próprio atendimento das demandas deve ser um fator gerador de apoios - mas isto nem sempre ocorre, ou, mais comumente, ocorre apenas parcialmente. De qualquer forma, é na tentativa de processar as demandas que se desenvolvem aqueles "procedimentos formais e informais de resolução pacífica de conflitos" que caracterizam a política.

Neste contexto os autores, entendem que com o intuito para que se consiga pronunciar em cidadania e democracia, é imprescindível que se reconheça a conjugação dos direitos sociais juntamente com os direitos políticos. A conjugação destes direitos (sociais e políticos) encontra no conceito das Políticas Públicas o seu ponto extremo, isso porque é através destas políticas que os cidadãos expressam seus interesses e esperanças, perspectivas, o que resulta em uma execução institucional qualitativamente superior. Não é mais unicamente o Estado que vai ser o determinante e unificador no que concerne a definição e implementação das políticas, há também a cooperação de maneira ativa dos cidadãos nos assuntos políticos, as probabilidades de êxito neste tipo sistema são muito positivas e solidificadas.

Para Schmidt (2008), ao se efetivar determinada política pública, a mesma irá passar por cinco etapas. Na primeira, verifica-se o discernimento dos problemas assim como sua definição, é aquela em que se altera uma situação de dificuldade em um problema político, ou seja, na verdade é a altura na qual a necessidade desperta o interesse político, a demanda concreta carece de uma ação estatal.

Na segunda etapa, ocorre o segmento da primeira, a implantação na agenda política, ou seja, o momento de despertar a atenção dos envolvidos, pois a necessidade de inserir na agenda política pode vir da base, à rebeldia do interesse do governo ou mesmo ao contrário à necessidade deriva dentro do controle estatal e tem que ser apresentada para a sociedade em geral (SCHMIDT, 2008).

Na terceira etapa, acontece o momento de formulação das políticas públicas para então a sua efetivação futura, ou seja, momento da discussão do problema, em grupos pluridisciplinar, com os cidadãos em palestras, congressos, seminários ou audiências (SCHMIDT, 2008).

Na quarta fase, a política pública é implementada, é o momento de estudo, de concepção de alguns elementos necessários para aparelhar a política pública, tais como planos, programas, ações e atividades que são designações necessárias para o

cumprimento, acompanhamento, fiscalização, e avaliação desta política pública (SCHMIDT, 2008).

Na quinta e última etapa, as políticas implementadas são examinadas, que tem como principal intermédio de examinação da própria eleição, na qual o político é confrontado pelo cidadão por meio da votação. Não obstante, este intermédio não é suficiente, desta forma dentro das próprias políticas públicas são criados instrumentos avaliadores, com o objetivo de averiguar os sucessos e as imprecisões dos programas (SCHMIDT, 2008).

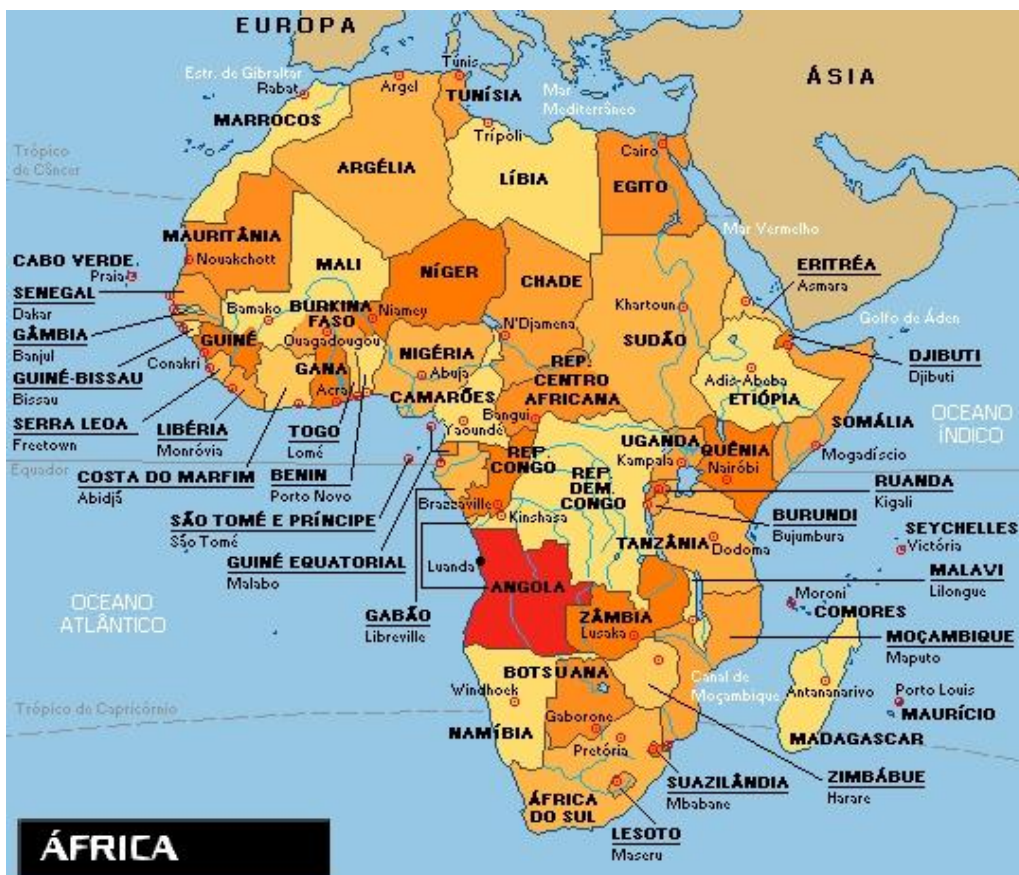
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No presente capítulo, apresentaremos a contextualização de Angola, no que diz respeito aos aspectos geográficos, históricos e socioeconômicos, bem como o cenário rural que nos permitem identificar quais as principais políticas públicas para o setor rural em Angola no período de 2008-2012.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DE ANGOLA: ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E SOCIECONÔMICOS

A República de Angola faz parte dos cinquenta e quatro países da África, situada na costa ocidental da África Austral, Angola tem uma superfície de 1.246.700 Km², está dividida em 18 províncias (estados), sendo Luanda a sua capital, tem como língua oficial o Português e dispõe cerca de 42 línguas nacionais (dialetos), destacando-se o Kimbundu, Umbundu, e o Kikongo, como os mais extensivos, sua unidade monetária denominada Kwanza. Angola tem seu território limitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a Sudeste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico (MINAGRI, 2004), conforme pode ser observado na figura 1.

Figura 1 - Angola no mapa de África



Fonte: Google maps (2015).

Concerente ao clima, Angola tem duas estações: a do cacimbo ou seca, que é menos quente e vai de maio a setembro, e a chuvosa (verão) que é a mais quente e vai de setembro a abril (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2016).

Angola tem vastos recursos naturais, como minerais, evidenciando o petróleo e o diamante, no entanto dispõe de outros importantes recursos naturais como minério de ferro, fosfatos, cobre, ouro e urânio; recursos hídricos que posicionam o país numa posição de notoriedade na África Austral, não obstante, o país ainda detém fatores de produção até então por explorar tais como as imensas extensões de terras aráveis, um

potencial hidrelétrico, as pescas, os parques naturais e turísticos e uma abundante força de trabalho. (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUE, 2013).

Após ter conquistado a sua independência em 1975 frente a colonização portuguesa, o país viveu 27 anos violentos de guerra civil. Esse conflito foi caracterizado pelo embate entre três principais forças políticas angolanas: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), essas que receberam apoio de potências extrarregionais. O MPLA foi o partido vitorioso no conflito civil, assumindo e permanecendo como o partido político no poder desde então. Já a FNLA perdeu seu prestígio em 1978, enquanto que a UNITA se radicalizou na década de 1990 e, após a morte de seu líder, em 2002, não foi capaz de se reestruturar e se apresentar como uma oposição consolidada ao governo no pós-Guerra Civil (HORING, 2015).

Durante estes anos as estruturas sociais e econômicas do país foram devastadas e o país viveu tempos sociais e econômicos difíceis, aos 4 de abril de 2002 com o acordo de paz assinado, declarou-se então o fim da guerra civil em Angola, deixando assim cerca de dois milhões de mortos, 1,7 milhões de refugiados e 80 mil pessoas mutiladas pelas milhões de minas espalhadas pelo país (AGRONEGÓCIO, 2014).

3.3.1 Perfil político

O atual regime político em Angola é o presidencialismo na qual o Presidente da República é equitativamente chefe de Estado e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, não obstante, possui poderes legislativos e designa o supremo tribunal, de forma que o princípio da divisão entre poderes legislativos, executivo e judiciário, fundamental para um sistema democrático, está abolido (MIRANDA, 2010).

A constituição atribui ainda múltiplos poderes ao Presidente da República, abrangendo: Nomear e exonerar o Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, Ministros, Vice-Ministros e Secretários de Estado; Nomear e exonerar todos os Governadores Provinciais; Nomear e exonerar o Governador Nacional do Banco Central; Nomear os juízes do Tribunal Supremo após consulta do Conselho Superior da Magistratura Judicial; Nomear e exonerar o Procurador-Geral e o ViceProcurador-Geral da

República; Nomear os membros do Conselho Superior da Magistratura Judicial; Nomear e exonerar os embaixadores e acreditar os representantes diplomáticos estrangeiros (JOVER, PINTO, MARCHAND, 2012).

Posteriormente a sua substituição de república popular para democracia multipartidária em 1991, e conforme a constituição adotada em 1992, Angola consumou as suas primeiras eleições a nível nacional em 1992, com o objetivo de designar um chefe de estado - o presidente - e uma legislatura. O presidente deveria ser nomeado pelo povo para um mandato de cinco anos com direito à reeleição por maioria absoluta, caso nenhum candidato alcançasse maioria absoluta, haveria um segundo turno, unicamente com os dois candidatos mais votados em execução. A Assembleia Nacional seria constituída por 220 membros, eleitos para um mandato de quatro anos, 130 por representação proporcional e 90 em distritos provinciais (estaduais) (CONSTITUINTE, 2010).

As eleições realizadas em 1992 deram ao partido Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) maioria absoluta, apesar disso o seu candidato José Eduardo dos Santos não conquistou maioria absoluta o que acarretou a guerra civil angolana, resultante da rejeição do partido União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) alegando que houve adulteração na contagem dos votos. O segundo turno das eleições presidenciais não aconteceu, e José Eduardo dos Santos permaneceu no cargo de presidente, na qual tinha sido escolhido nas condições da República Popular, em 1979. Apesar dos partidos União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) estivessem a travar uma guerra contra o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), simultaneamente a Assembleia nacional começou a funcionar com a participação ativa dos seus deputados eleitos em 1979 (PORTAL OFICIAL DO GOVERNO DE ANGOLA, 2015).

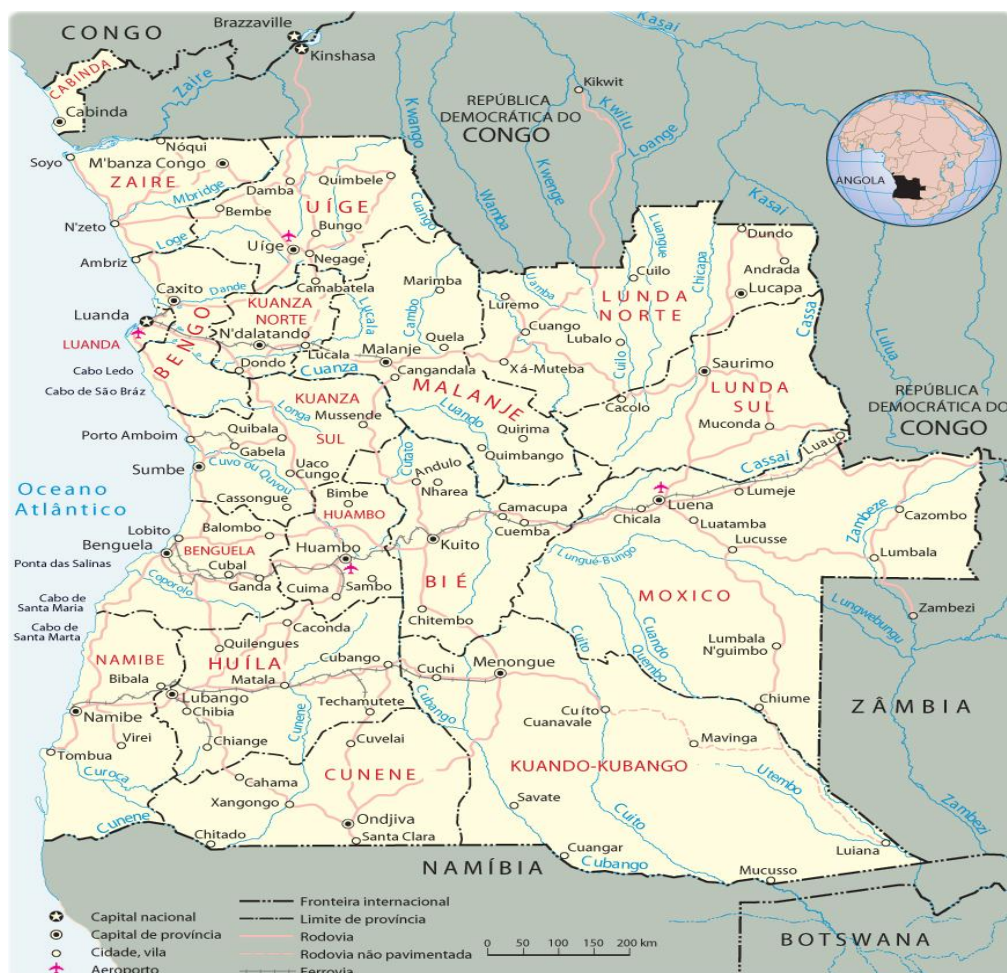
Segundo esta mesma fonte, as eleições parlamentares marcadas para 1997, de acordo com a Constituição, foram adiadas várias vezes. Posteriormente a guerra civil ter chegado ao fim em 2002, as eleições foram finalmente realizadas em setembro de 2008, por mais que as presidenciais fossem feitas mais tarde. Nas eleições legislativas, o MPLA conquistou uma maioria esmagadora que lhe permitiu adotar uma nova constituição no começo de 2010, mantendo-se as regras para as eleições parlamentares, porém

determinando que a partir dali o presidente não seria mais eleito pelo povo, mas sim que o candidato principal do partido que obteve o maior número de votos nas eleições parlamentares se tornaria automaticamente presidente da República. Em 2012, as eleições gerais foram realizadas de acordo com este modelo, dando ao MPLA novamente uma maioria esmagadora, confirmando, assim, José Eduardo dos Santos como Presidente (PORTAL OFICIAL DO GOVERNO DE ANGOLA, 2015).

Hoje Angola vive um marco histórico, pois depois de 38 anos tendo apenas José Eduardo dos Santos como Presidente da República, aos 23 de agosto de 2017 Angola teve a sua terceira eleição geral com João Manuel Gonçalves Lourenço como líder da lista do MPLA, e mais uma vez o partido no governo conseguiu vencer mantendo a maioria qualificada, diante do histórico político do país, essa mudança do Presidente da República para o povo angolano representa marco histórico.

O país integra com plenos direitos da Comissão do Golfo da Guiné, das Nações Unidas, da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), da União Africana, da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). No nível das três Organizações Econômicas Regionais e na Comissão do Golfo da Guiné, o prestígio e o poder de influência de Angola estão bem assegurados. Angola está entre os maiores contribuintes e a sua participação é ativa (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010). O país está aberto ao investimento estrangeiro e tem sido o maior país beneficiário entre 49 países menos desenvolvidos em uma década (UNCTAD, 2012).

Figura 2 - Mapa político de Angola



Fonte: Maps of world (2014).

Acima temos o mapa de Angola detalhado, com as suas respectivas províncias (estados).

3.3.2 Cenário Econômico

Grande parte da economia do país ficou debilitada devido os anos violentos da guerra civil, as infraestruturas foram destruídas, as instituições públicas ficaram enfraquecidas, a sociedade monopolizada e a política fragilizada. Depois do acordo de paz o Governo angolano tem feito enormes esforços para resolver muitos dos problemas deixados pela guerra. Essas ações têm resultado no desenvolvimento e efetivação de projectos designado a reconstruir a ordem e a segurança, estimular e forlateral a

economia, reconstituir os serviços sociais básicos e recuperar as infraestruturas de base (FIDA, 2014).

A economia angolana é excessivamente dependente do rendimento petrolífero. Nos últimos anos, este setor e os altos preços internacionais do mesmo sustentaram a progressão da taxa de crescimento do país. A produção de petróleo e suas atividades de apoio cooperam com a parte mais importante do PIB. A evolução das atividades não petrolíferas é alicerçada pelos esforços para a melhoria da infraestrutura do país e pelo relançamento da atividade econômica em todo o território. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010). As exportações de petróleo, nos últimos 10 anos corresponderam em média, 97% das exportações do país. A parcela do petróleo no total das exportações manteve-se perto do mesmo nível nos anos 2014 e em 2015. Em 2014 as exportações de petróleo arrecadaram \$60,2 mil milhões de receitas, já em 2015 foi de \$33,4 mil milhões, uma queda de 44,5% em relação ao mesmo período do ano anterior (BANCO MUNDIAL 2016). É importante ressaltar que segundo esta mesma fonte, o progresso PIB angolano diminuiu para 3% em 2015 e atingiu 1% em 2016.

De acordo com o relatório do Instituto Angolano Nacional de Estatística (2017), devido o agravamento da crise económica, financeira e cambial decorrente da quebra na cotação internacional do barril de petróleo bruto, desde setembro de 2014 a inflação anual atingiu os 35,3% em julho e continua a progredir, refletindo a desvalorização de 40% do kwanza face ao dólar desde setembro de 2014, e as desfavoráveis condições monetárias. Entre janeiro a dezembro de 2016 os preços em Angola subiram aproximadamente 42%. Conforme o Banco Mundial (2016), em setembro de 2016, o orçamento foi ajustado para ter em conta a redução das receitas e para reter o crescimento do déficit fiscal. As despesas de investimento aumentaram 16%, o que levou a um aumento do défice fiscal (6,8% do PIB vs 5,5% inicialmente), essa mudança teve um impacto negativo nas despesas do setor social, que foram reduzidas por volta de 8% (THE WORLD BANK, 2016).

Conforme Jover, Pinto Marchand (2012), outro recurso de grande atratividade em Angola são os diamantes. Apesar de ter uma participação pequena no PIB do país, em 2009, Angola foi responsável por 11% do volume total de diamantes produzidos no mundo

e 13% da produção total de diamantes no mundo em termos de valor. Vilas-Bôas, (2014) o minério equivale ao segundo maior produto da pauta de exportação angolana, embora distante do primeiro produto da pauta que é o petróleo. Assim, com o fim da guerra civil em 2002, desoprimiu várias áreas de exploração, antes comandadas pelo partido político União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), o que fez com que grandes empresas do setor se interessassem pelo país atraindo assim investimentos das mesmas, tal como a De Beers (empresa Inglesa) e a Alrosa (empresa Russa).

Para Hodges (2003, P.63):

as principais razões para Angola depender sobremaneira do petróleo e ainda não ter sido capaz de estimular os sectores não-petrolíferos são: i) o estado de insegurança que se viveu no país devido à instabilidade social causada pela guerra até anos muito recentes; ii) a excessiva falta de mão-de-obra qualificada; iii) a instabilidade e a incerteza macroeconômica; iv) apesar da transição para economia de mercado substituir o regime de economia centralmente planejada, a recuperação econômica continuou a ser travada pelas políticas que distorciam a atribuição de recursos a outros sectores e limitavam a concorrência; e v) a prolongada deteriorização das infra-estruturas físicas e dos serviços que aumenta significativamente os custos de outras atividades econômicas.

Os desafios ao desenvolvimento angolano abrangem a redução da dependência do petróleo e a diversificação da economia, a reestruturação das suas infra-estruturas, o melhoramento das capacidades institucionais, da governança, dos sistemas de gestão das finanças públicas, dos indicadores de desenvolvimento humano e das condições de vida da população. Grande parte da população ainda perdura na pobreza e sem acesso apropriado a serviços básicos e poderiam beneficiar de políticas de desenvolvimento mais abrangentes (THE WORLD BANK, 2016). Conforme Vilas-Bôas (2014), no contexto econômico e social de Angola podem ser encontradas questões que motivam algumas dificuldades, nomeadamente, custos de transação, infraestrutura deficitária, eletricidade instável, alto custo de vida, recursos humanos frágeis e redes de transporte anárquicas.

Após o período do conflito armado, Angola ficou evidenciada como sendo uma grande potência africana numa economia de mercado com rendimento anual per capita que ultrapassava os 6.000 USD. Em 2009, o país foi profundamente afetado pelo declínio dos preços do petróleo, o crescimento econômico paralisou precisamente quando antes da crise global assinalava como um dos crescimentos mais rápidos do mundo. O país

registrou um crescimento negativo do PIB de -0.6%, no ano (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010).

A crise corrente está relacionada a uma revolução tecnológica em que a introdução de uma inovação (extracção de petróleo através de gás de xisto) originou numa maior competitividade de preços. Para além da inovação tecnológica, outras razões contribuíram para este quadro, tais como a desaceleração das economias emergentes, o final da política monetária expansionista norte-americana e de certos controlos à expansão da produção de petróleo (embargo ao Irão), tornando assim mais improvável a recuperação do preço do petróleo para níveis de, por exemplo acima dos 100 USD/bbl, (BNA, 2015).

Independentemente de Angola ser um país bastante rico em recursos naturais, retrata uma excessiva desproporção na distribuição de renda com 87% da população vivendo abaixo da linha da pobreza. Mesmo com de imensos investimentos em infraestrutura, o serviço de saúde e o setor educacional são muito frágeis e não respondem às necessidades da população. O sistema sanitário ainda é muito precário e desorganizado. Muitas unidades hospitalares não estão corretamente equipadas ou localizam-se nas províncias (estados), em áreas de difícil acesso para população (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010).

3.3.3 Conjuntura Social

Uma das metas essenciais da República de Angola, conforme a Constituição de 2010, é a “criação de uma sociedade de justiça e progresso social” (artigo 1º, CRA), porém, há grandes diferenças no desenvolvimento social e o país mantém-se divergente e contraditório isso porque os indicadores de rendimento e crescimento económicos contrastam com as profundas diferenças na divisão de riqueza (CEIC, 2012).

Em Angola o combate à fome e a redução significativa da pobreza, constituia um dos maiores desafios que se colocam ao Estado angolano no período pós-guerra e fator preponderante para o lançamento dos alicerces e edificação de uma sociedade mais próspera e de Justiça social, pelo seu impacto não só para a melhoria das condições de vida da população angolana, profundamente fragilizada ao longo de décadas de conflito

armado que Angola viveu, mas também para permitir um crescimento mais sustentável da economia nacional (ANGOLA, 2009).

Por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas (ONU) implementou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com objetivo de medir a qualidade de vida dos povos em diversas regiões do mundo. O IDH mede o nível de desenvolvimento de um país através do rendimento per capita, das condições de saúde e de educação. A ONU considera que o desenvolvimento de um país não deve ser mensurado apenas pela sua riqueza, mas principalmente pela qualidade de vida das populações (CEIC, 2016).

Conforme o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano (2016), Angola encontra-se na posição 150º no ranking do IDH, enquadrando-se assim na categoria de Desenvolvimento Humano baixo. Para CEIC (2016), apesar do país encontrar-se na categoria de Desenvolvimento Humano baixo, com certeza a situação social de Angola hoje é bem melhor que em 2000, sendo a evolução do IDH uma boa aproximação à medição destas transformações, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 1 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano em Angola(2000-2015)

Ano	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015
IDH	0,390	0,509	0,521	0,524	0,530	0,532	0,533

Fonte: PNUD, International Human Development Indicators (2015).

Segundo os dados do recenseamento Geral da População e Habitação realizado em maio de 2014, a população total angolana era de 25.789.024, sendo 13.289.983 mulheres correspondendo a 52% e 12.499.041 homens representando 48%, o que nos demonstra que a maioria da população em Angola são mulheres. Do total da população, 116.153.987 pessoas, correspondente a 62,6%, residiam na área urbana e 9.635.037, correspondente a 37,4%, na área rural, (ANGOLA, 2014). A capital do país é a mais populosa com 6.945.386, concentrando assim 27% da população do país. Seguem-se as províncias da Huíla com 2.497.422 (10%), Benguela 2.231.385 (9%) e Huambo com 2 2.019.555 (8%) (ANGOLA, 2014).

No que concerne o acesso à fonte de água podemos considerar que o país ainda é muito carente. Conforme o Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), em

âmbito nacional em 2011 apenas 42% da população tinha acesso à uma fonte adequada de água para beber, existindo, no entanto, uma desigualdade excessiva entre as áreas de residência. Quando comparada a população rural e urbana no contexto de aquisição de água apropriada, estima-se que a população rural tem uma probabilidade duas vezes e meia inferior em relação à população urbana. No que toca ao tratamento da água 66% da população não dá qualquer tratamento propício a água para beber, o tratamento mais utilizado é a desinfestação com cloro (26%), e apenas 7% ferve a água (INE, 2011).

No que diz respeito ao setor da saúde a precariedade ainda é muito visível, pois tem as suas deficiências relativamente a falta de médicos, infraestrutura deficiente, falta de enfermeiros, e técnicos de saúde, analistas, radiologistas, terapeutas, fisioterapeutas, etc., que acaba por torná-lo num setor fraco e pouco confiável perante a sociedade. Somente 50-60% da população tem acesso aos serviços de saúde (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2013).

Tabela 2 - Número de nascimentos em Angola (por 1000 Habitantes)

Ano	2000	2002	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa	50,03	49,22	46,33	45,57	44,12	44,12	42,86	42,32	42,32

Fonte: Banco Mundial – Public Data (2000-2015)

Angola está entre os países com maior taxa de fertilidade do mundo, razão que pode ser explicada pelo limitado acesso aos serviços de saúde, em geral, e, em particular, aos de planeamento familiar (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2016).

Tabela 3 - Taxa de Mortalidade, menores de 5 Anos em Angola (por 1000 nascidos vivos)

Ano	1990	2000	2005	2010	2011	2012	2013
Taxa	226	218	213	203	194	173	169

Fonte: PNUD, International Human Development Indicators (2014).

Apesar da diminuição apresentada na taxa de mortalidade conforme a tabela acima, o país ainda possui umas das piores taxas de mortalidade infantil do mundo, devido o quadro epidemiológico do país comandado pelas doenças como: malária,

tuberculose, doenças diarreicas e infecções agudas das vias respiratórias, o sarampo e o tétano neonatal (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2016).

Tabela 4 - Expectativa de vida ao nascer – Angola (2000- 2014)

Anos	Expectativa
2000	45,20
2001	45,97
2002	46,71
2003	47,39
2004	48,00
2005	48,54
2006	49,01
2007	49,44
2008	49,85
2009	50,25
2010	50,65
2011	51,06
2012	51,46
2013	51,87
2014	60,00

Fonte: Banco Mundial - Public Data (2000-2014).

Conforme os dados da tabela acima, ao compararmos o ano de 1960 em que a expectativa de vida era de 32,90, com o ano de 2014 em que é de 51,87, um aumento significativo.

Diante do que até então foi exposto referente ao contexto social de Angola, o setor educacional não fica atrás comparando com a precariedade das situações citadas acima. As escolas não estão capacitadas para receber um elevado número de alunos, principalmente em Luanda (capital do país), a falta de programas capazes de estimular as capacidades dos alunos e ausência de um corpo docente qualificado são alguns dos problemas que afetam a educação em Angola (INE, 2011).

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL EM ANGOLA

A agricultura é uma atividade de extrema importância e deve ser considerada o estímulo para o desenvolvimento de Angola. Ela possibilita o aumento da renda per capita, a criação de indústrias de segmento alimentar e ajuda no combate da pobreza e

fome, além de demandar grande força de trabalho. Tendo o país um clima e condições geográficas diversificadas, fornece condições favoráveis e apropriadas para agricultura e uma vasta variedade de colheitas tropicais e semitropicais como: mandioca, milho, soja, bananas, cana-de-açúcar, algodão, batata inhame, feijão, arroz, óleo de palma, café, girassóis, sisal, tabaco, madeira, citrinos, entre outros (ANTÔNIO, 2011).

Em Angola, o setor agrícola é imprescindível não apenas no que concerne a autossuficiência e segurança alimentar, bem como quanto ao fornecimento de matérias primas para indústrias transformadoras e também para criação de empregos, diversificando assim a economia. Grande parte da área cultivada é da responsabilidade dos agricultores familiares, com uma área média por exploração de 2,32 hectares, utilizando técnicas de produção de baixa produtividade dificultando desta forma a criação de excedentes de produção para os pequenos produtores familiares fazendo com que haja pouco incentivo para produzir além dos níveis de subsistência da família (PACHECO; CARVALHO; HENRIQUE, 2013). A população ocupa-se principalmente ao cultivo da terra como fonte da sua subsistência e grande parte das baixas rendas obtidas pelas famílias é obtida no comércio que os mesmo fazem ao longo das estradas, na qual os preços praticados comparando ao mercado comum são muito baixos. Em algumas regiões de Angola, sobretudo, no Norte, grande parte dos camponeses estão organizados em associações cuja as contribuições servem para à manutenção das vias de acesso da estrada principal às propriedades. Apesar disso, a pobreza extrema a que esses membros estão inseridos dificulta que consigam cumprir com certa frequência o pagamento das contribuições (CORIGE; HENRIQUES; CARVALHO, 2013).

Angola tem uma capacidade agrícola com 58 milhões de hectares de terra potencialmente arável, um clima propício e variados recursos hídricos. O país era autônomo em todas as principais culturas alimentares com exceção do trigo, isso antes de alcançar a sua independência em 1975, foi também o quarto maior exportador mundial de café gerando assim empregos para perto de um quarto de milhão de pessoas. Exportava ainda anualmente mais de 400.000 toneladas de milho, circunstância que tornou o país num dos maiores produtores de alimentos de base da África subsaariana

(AFRICA DEVELOPEMENT BANK, 2012). Outras culturas de exportação incluíam algodão, cana-de-açúcar, sisal, banana, mandioca e madeira.

Durante a época colonial, embora a agricultura fosse de extrema importância, o setor acabou por ficar danificado devido o conflito armado que originou numa acentuada movimentação da população rural que, na sua maioria, nos dias de hoje ainda vive em centros urbanos maiores ou menores. Passado dez anos após o país ter conquistado a paz e independentemente de possuir uma gigantesca riqueza natural, Angola não produz ainda alimentos suficientes para satisfazer e corresponder as necessidades da população. O país é dependente de importações alimentares onerosas provenientes especificamente da África do Sul e de Portugal, ao mesmo tempo que cerca de 90% da agricultura é familiar e de subsistência (AFRICA DEVELOPEMENT BANK, 2012). A produção rural de Angola é muito rica, mas as minas terrestres e bombas não desarmadas nos campos representam um perigo para aqueles que desejam voltar e cultivar a terra, pois elas são um empecilho para a recuperação econômica e social (JOVIER; PINTO; MARCHAND, 2012).

Os produtos agrícolas mais produzidos em Angola são: o milho, amendoim, feijão, mandioca, batata doce, batata rena (inglesa), as bananas e as hortícolas. Se comparado a outras regiões africanas que produzem os mesmos produtos alimentares a produtividade em Angola é muito baixa. O café que era antigamente um dos produtos importantes e exportado por Angola hoje o seu cultivo é primário com uma produtividade baixa, o país chegou a ser o terceiro maior exportador do grão mundialmente. Em contrapartida a mandioca e o milho vem sendo um dos produtos com um número elevado de produtividade. Cabe ressaltar que Angola é autossuficiente em raízes e tubérculos, em massango (milho miúdo) dos cereais e bananas no grupo das frutícolas, carne bovina e caprina, porém se mostra muito deficiente em arroz, trigo, carne de suíno, carne de frango e ovos (PACHECO; CARVALHO; HERENQUES, 2013).

As consequências deixadas pela guerra tiveram como efeito a perda de importância da agricultura na economia do país, fazendo assim com que se tornasse fortemente dependente das importações e do setor petrolífero, o país não produz o suficiente para o consumo interno por esta razão a necessidade de importação de produtos

alimentares. Deste modo, o abandono da agricultura familiar e a desestruturação do comércio rural levaram para uma agricultura cada vez mais voltada para o mercado até meados dos anos 70 para a subsistência nos dias de hoje (PACHECO; CARVALHO; HERENQUES, 2013).

Devido o problema já referenciado (conflito armado), as vias de escoamento da produção entraram em decadência. Desde 2002 ano que o país alcançou a paz, no entanto, esta área vem apresentando taxas de crescimento favoráveis e os índices de produção agrícola e alimentar praticamente dobraram em comparação com os níveis do biênio 1999-2001, embora principalmente recuperando apenas o tempo perdido. Os canais de comercialização e distribuição, por outro lado, ainda não foram completamente restaurados (NAÇÕES UNIDAS, 2010). Tal fato somado à falta de infraestrutura e logística adequadas constitui um dos principais obstáculos à eficiente integração da produção agrícola ao mercado angolano. A maior parte do que produz a lavoura angolana é dirigida ao consumo doméstico e o excedente disponível é basicamente vendido nos mercados locais por comerciantes informais. A produção nacional é insuficiente para satisfazer a demanda interna, que por sua vez cresce paralelamente à população (NAÇÕES UNIDAS, 2013). Para a FAO (2013), até 2050 serão os pequenos agricultores e os produtos oriundos da agricultura familiar, que irão abastecer grande parte dos produtos necessários para alimentar mais de nove bilhões de habitantes no mundo. Para esse fim, uma das medidas necessárias para a obtenção da segurança alimentar e nutricional é apoiar e investir no trabalho que é desenvolvido pelas cooperativas, organizações e associações de produtores rurais, para que tenham condições de aumentar a produção de alimentos, comercializar seus produtos, criar empregos e, a partir daí, aumentar a segurança alimentar no mundo e reduzir a pobreza, principalmente no meio rural.

Conforme Martin, Trentin (2011), agricultura familiar é aquela em que a família assume o trabalho no estabelecimento produtivo simultaneamente em que é dona dos meios de produção. Para Cuatos (2015), em Angola a agricultura familiar é composta por pequenos e médios produtores, estes simbolizam a maioria de produtores rurais, em 2012 eram cerca de 2,6 milhões de agricultores familiares no país e com área média de cada agricultor de 2,1 hectares. Entretanto, ao se observar o contexto em que se insere a agricultura familiar constata-se que os problemas são idênticos em todas as regiões do

País, muitos ainda são os desafios enfrentados por estes agricultores, entre eles acabar com as dificuldades de acesso aos meios de produção de boa qualidade, à assistência técnica e extensão rural e ao crédito para financiamento da produção, além de fornecer infraestrutura e meios de transportes adequados nas áreas rurais para levar os produtos aos mercados locais.

Para Alves Primo (2011), em Angola, a agricultura familiar desempenha um papel estratégico para o desenvolvimento pois ela permite uma lógica de produção e distribuição de riqueza e para a segurança alimentar, pois produz alimentos básicos para a população e é responsável pela inserção no campo de uma parte da população que antes deslocou-se para a cidade. Assim sendo, a agricultura familiar evidencia um modelo de organização da produção e do trabalho que a torna principalmente benéfico à conquista da segurança alimentar e foco importante de políticas de redução da pobreza e combate à fome. Se pensarmos que sensivelmente 70% das pessoas pobres que sobrevivem com um dólar por dia trabalham e vivem em zonas rurais, podemos deduzir ou concluir que não será possível acabarmos com a pobreza sem incentivarmos a agricultura e os meios de vida rural.

A Estratégia de Combate à Pobreza- ECP (2005) arquitetada pelo Governo Angolano em 2005 admite a segurança alimentar e o desenvolvimento rural como fundamentais no processo de desenvolvimento do país. Para a ECP o setor rural é uma das áreas estratégicas do futuro desenvolvimento de Angola, isso devido o seu potencial no que concerne à criação de emprego e geração de rendimento no setor familiar e a sua indispensável importância para a redução da dependência comercial e, conseqüentemente, da fragilidade do mercado interno.

Segundo a Africa Development Bank (2012), para resolução das variadas situações que o setor em estudo enfrenta, o governo angolano divulgou diversos programas pretendendo aumentar a produção agrícola, viabilizar os produtos produzidos localmente e expandir o sector do pequeno produtor, com o objetivo de fazer com que Angola diminua a sua dependência de alimentos importados e garantir segurança alimentar e criar empregos. De igual modo o setor agrícola tem sido beneficiado com a reabilitação de infra-estruturas rurais, a erradicação de minas terrestres e o regresso de populações deslocadas pela guerra.

3.3.4 Dificuldades ao desenvolvimento do setor em estudo

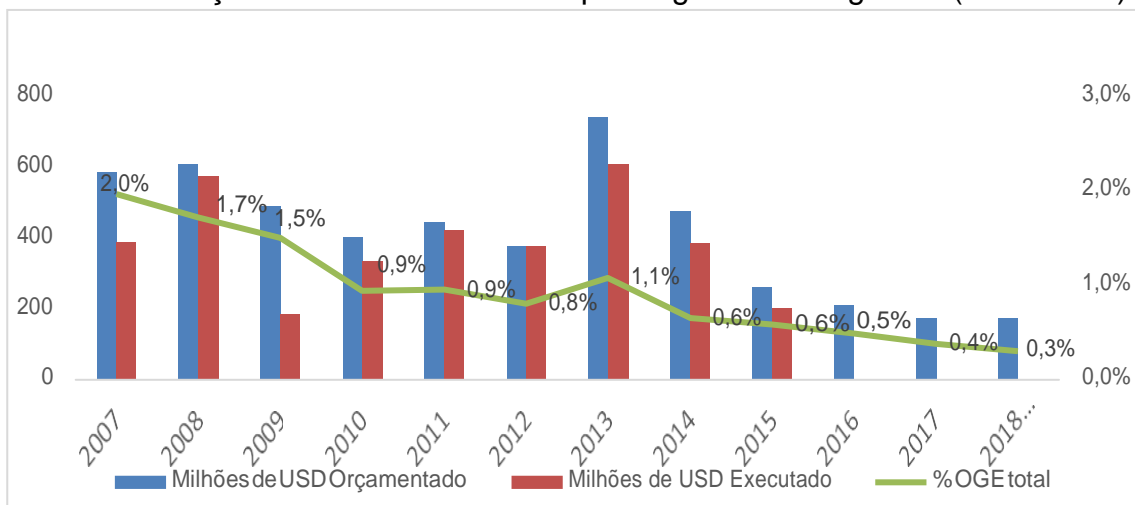
Segundo o CEIC (2015), ficou evidente até então os mais variados obstáculos enfrentados pela população que encontra-se neste setor, na base das dificuldades em matéria de estatística agrícola também podemos incluir a falta de um censo agrícola, censo este que estava previsto para 2014 mas o mesmo não ocorreu, foi adiado sem justificação pública alguma, o que pode levar-nos a deduzir dois aspetos que com certeza já não são novidades para a população angolana: a pouca importância que a agricultura recebe no que concerne as grandes prioridades do executivo; e a aposta na tomada de decisões sobre o desenvolvimento de forma geral. Os resultados definitivos do Censo Geral da População de 2014 mostram que nas áreas rurais viviam somente 37,4% dos angolanos, contra 85% registados no Censo de 1970, estes dados apresentam uma realidade triste. O êxodo rural, justificado pelo conflito armado, resultante principalmente da extrema fragilidade da oferta de serviços sociais básicos à população rural e da ausência de dinâmica no fomento de atividades económicas a nível local nas áreas rurais, com destaque para a agricultura.

Dentre outros problemas citados acima existem também: Limitado peso político do setor, agravado pela ausência de associações representativas dos interesses dos agricultores com capacidade de negociar com o Executivo, com a banca e com outros setores; Incumprimento por parte dos organismos do Estado dos compromissos assumidos na compra de bens aos produtores e importações de bens em detrimento da aquisição da produção interna; Insuficiência de serviços que garantam o aprovisionamento de água, energia e acessibilidades; Ausência de sistemas de crédito adequados às necessidades dos agricultores, incluindo créditos de campanha que permitam superar as roturas de tesouraria, provocadas em grande medida pelos incumprimentos do cliente Estado; Morosidade na tomada de decisão de aprovação dos projetos, tornando-os desactualizados; Sistema de comercialização e distribuição de produtos agrícolas e de comércio rural ainda deficitário; Inexistência do seguro

agrícola; Baixo nível de desenvolvimento da investigação científica; Ausência de serviços de fiscalização de qualidade (ANGOLA, 2017).

Cabe ressaltar que os recursos financeiros do Orçamento geral de estado destinado a este setor vem diminuindo cada vez mais, conforme podemos constatar no gráfico a seguir:

Gráfico 1- Orçamento Geral de Estado para agricultura angolana (2007-2018)



Fonte: CEIC (2018)

O orçamento destinado para este setor teve um auge em 2013, não apresentando uma pequena diferença entre o que foi orçamento e executado, dando ênfase para o corrente ano em que a proposta para o OGE contempla uma verba de KZS 29 mil milhões (cerca de USD 176 milhões), representando 0,3% do total de despesas o valor mais baixo até então (CEIC, 2018).

3.3.5 Políticas públicas para o setor rural e para agricultura familiar em Angola

O desenvolvimento da agricultura contribui decisivamente para a geração de emprego e renda e para a estabilização das populações no meio rural neste domínio do desenvolvimento rural o governo angolano tem desenvolvido ações através de alguns programas, com o objetivo de proporcionar melhorias progressivas nas condições de vida das famílias e das comunidades rurais em geral, visando o combate sustentado da fome e da pobreza (MINAGRI, 2016).

Segundo a fonte acima citada, o Programa de Governo para o período 2008-2012, estabelecia um conjunto de metas cujo objectivo geral visava promover o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais e fomentar o desenvolvimento integrado e sustentável contribuindo para a melhoria da vida da população rural, para a segurança alimentar e para a diversificação da base econômica do País, com maior geração de empregos e renda. Durante este período, o Governo promoveu várias iniciativas estruturantes e de estímulo do setor, que promoveram um acentuado aumento da produção agrícola, a oferta de alimentos, a geração de empregos e de renda, dentre eles os seguintes:

3.3.5.1 Programa de desenvolvimento da agricultura familiar

O programa de desenvolvimento da agricultura familiar é uma intervenção dirigida aos produtores familiares e que visa promover de forma gradual e sustentável o aumento de rendimento dos agregados familiares. São objectivos específicos desse programa: i) melhorar e organizar os sistemas de produção das comunidades rurais; ii) criar e reforçar as associações de camponeses; e iii) aumentar a produção e a produtividade dos sistemas de produção dos destinatários.

O Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar assenta-se no desenvolvimento de esforços voltados ao fornecimento de fatores de produção, desenvolvidos no quadro de uma estratégia estruturante (em que os produtores recebem incentivos, sob a forma de empréstimo de fatores de produção). Estas ações são transversalmente fortalecidas com o apoio técnico oferecido aos produtores, permitindo-lhes integrar corretamente o uso dos fatores de produção. O objectivo final desse esforço está na intensificação racional e melhoria dos sistemas de produção.

3.3.5.2 Programa de desenvolvimento sócio-econômico das comunidades rurais

O setor da agricultura familiar (composto pelo universo das explorações agrícolas do tipo familiar) domina o cenário da agricultura nacional. O contributo da agricultura familiar é dominante quer em termos de número de explorações, quer em

temos de quantitativo na produção agrícola nacional. Isto define a premência e a necessidade de se dirigirem esforços objectivos para apoiar e promover o desenvolvimento rural. Neste programa enquadra, além das questões estritamente agronómicas, aspectos sociais relacionados às necessidades básicas das comunidades já que estes são fatores que limitam o processo de desenvolvimento. O setor agrário entende-se como a evolução do desenvolvimento rural e componente de suporte ao objectivo final do programa que é o de assegurar a melhoria das condições de vida das comunidades rurais.

3.3.5.3 Programa de apoio a comercialização rural

Este programa tem como objetivo promover o desenvolvimento do comércio rural, visando a dinamização dos circuitos e dos fluxos comerciais bilaterais entre a cidade e o campo e a articulação das políticas públicas de garantia de renda aos produtores e de definição de preços mínimos de comercialização, gerando assim stocks públicos que poderão integrar uma reserva estratégica de alimentos do estado.

Deverá ser constituída uma empresa a quem competirá: definir as normas e executar a política de garantia dos preços mínimos, coordenar, executar as políticas de formação, regulação e distribuição dos stocks de produtos.

3.3.5.4 Programa de promoção do crédito e seguro agrícola

As operações de crédito representam menos de 2% do total das operações bancárias em Angola, que são operações cambiais na sua grande maioria. Diante desta realidade o Executivo Angolano mobilizou recursos financeiros para além daqueles que são disponibilizados ao nível do Banco de Desenvolvimento Angolano (BDA) para a implementação de crédito agrícola (de investimento e de campanha). É cada vez mais clara a necessidade da criação de mecanismos para institucionalizar o seguro agrícola, ferramenta complementar ao crédito e sem dúvida indispensável neste processo de relançamento da atividade produtiva agrícola nacional.

Por outro lado, é preciso favorecer o produtor rural angolano de condições de fornecer, ao sistema bancário, as garantias exigidas para a concessão de créditos. Para isso, os desafios do país estão associados à aceleração dos processos de regularização fundiária e concessão de títulos de uso da terra, que constituem importantes instrumentos nesse tipo de garantia. Além disso, é preciso avançar no enquadramento dos produtores – por tamanho de propriedade e/ou finalidade da actividade – de modo a criar instrumentos legais e financeiros compatíveis às necessidades e demandas de cada grupo. Cabe também estudar a possibilidade de criação de mecanismos como Fundos de Garantia e Seguros Rurais.

As atribuições desta política poderão ser:

- Na formação dos stocks públicos: adquirindo produtos com recursos públicos, sempre que o preço de mercado se situe abaixo do preço mínimo de referência ou através de Contratos de Opção de Venda com as Explorações Agrícolas Familiares; Estes stocks devem ser geridos de maneira a manter a regularidade do abastecimento interno e a segurança alimentar e nutricional das populações, tendo igualmente a vantagem de regular os preços do mercado interno, garantir estabilidade do sistema económico, a oferta de alimentos e assegurando aos produtores preços mínimos de comercialização;
- No levantamento dos dados da produção e sua avaliação: visando a obtenção de dados estatísticos sobre as produções anuais, as disponibilidades de produtos mercantis, as importações e exportações de produtos agro- pecuários;
- No apoio logístico aos produtores: através de apoio aos pequenos produtores para a transportação dos seus produtos, no armazenamento da sua produção promovendo a sua integridade física e qualitativa;

Segundo o Ministério da Economia (2018), o crédito agrícola destina-se aos pequenos e médios produtores, organizados ou não em associações e cooperativas. O programa tem como objetivos os seguintes:

- Facilitar o acesso das associações e cooperativas agro-pecuárias, bem como dos pequenos e médios produtores agrícolas ao crédito para o financiamento dos custos de exploração e de investimentos em maquinaria, equipamentos, infra-estruturas e novas tecnologias;
- Contribuir para o alargamento do mercado nacional de produtos agrícolas e de insumos;
- Estimular e fortalecer a organização e a mobilização de associações e cooperativas agro-pecuárias;

- Contribuir, a médio e longo prazos, para o aumento da oferta de produtos alimentares a baixo custo, produzidos localmente pelos pequenos e médio produtores;
- Melhorar os sistemas de produção e de cultivos existentes e garantir maior produtividade e retorno financeiro das actividades agrícolas e pecuárias.

Faz parte da linha especial do Crédito Agrícola, nomeadamente o **Crédito agrícola de campanha**.

O Crédito agrícola de campanha se assenta em um sistema de crédito solidário é concedido em nome e com capitais mobilizados pelos bancos operadores, aos pequenos e médios produtores, com o objetivo de financiar as despesas do ciclo produtivo de lavouras periódicas. Para a efetivação deste programa, foi disponibilizado pelo governo uma linha de crédito equivalente a USD 150.000.000,00 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2018).

Este programa tem contado com uma forte aderência dos camponeses, tendo já beneficiado 93.011 camponeses e cerca de 2.092 associações e cooperativas, residentes em 68 municípios de 17 das 18 províncias do País, dentro de um universo de 2.000.000 de famílias camponesas, com um valor médio de financiamento equivalente a Akz 176.858,99 por beneficiário. Restrições orçamentais obrigaram que, durante o exercício económico de 2014 não se tivesse concedido financiamentos no âmbito do Programa de Crédito Agrícola de Campanha, a retomada do Programa aconteceu em setembro de 2015 quando o Programa passou a ser operacionalizado numa perspectiva de pacotes tecnológicos, ou seja, um kit que se propunha integrar as funções de preparação de terras, de correcção de solos, de fornecimento de fertilizantes, e de fornecimento de sementes. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2018).

Diante do que até então foi exposto nesta seção de análise e resultado de dados, fica evidenciado o quanto a agricultura familiar tem recebido pouca atenção do governo angolano. O instrumento fundamental que materializa as políticas públicas em relação à agricultura, em geral, são os recursos alocados para este setor, sem os quais não serão possíveis avanços estruturantes na evolução da agricultura familiar. Logo, sem investimentos na agricultura do país, Angola terá

sempre a tendência de gastar na importação de alimentos, e por conseguinte, a redução da produção agrícola. Das principais políticas públicas encontradas para o setor rural em Angola, apenas o Programa de Promoção do Crédito e Seguro Agrícola com linha especial de crédito, nomeadamente o Crédito agrícola de campanha apresentou resultados. No entanto, cabe ressaltar que não foi possível verificar o resultado das outras políticas públicas, talvez os resultados estejam em documentos arquivados nos órgãos públicos ou pode se dar o caso de que não tenham sido implementadas.

4 CONCLUSÃO

Angola é um país com bastante potencial agrícola, o setor foi danificado por um longo período por causa do conflito armado provocando grandes impactos no desenvolvimento do mesmo. Dentre os problemas causados por este conflito está a baixa produtividade na agricultura, técnicas de produção deficientes, produtos agrícolas como sementes são escassas dificultando a plantação em relação à qualidade e quantidade, as infraestruturas ficaram danificadas dificultando à deslocação dos agricultores, recursos financeiros reduzidos.

Com o objetivo de solucionar os problemas acima citados e diversificar a economia do país apostando cada vez mais na agricultura, dado o seu histórico concernente à tal questão, nos últimos anos o governo angolano elaborou algumas políticas públicas para a recuperação do setor e conseqüentemente para a melhoria da economia do país. O setor agrícola continua tendo uma participação muito pequena no PIB, ainda, devido à falta de apoio financeiro, ou seja, conforme se verificou no estudo, as verbas direcionadas a este setor vêm diminuindo consecutivamente no Orçamento Geral do Estado. A agricultura familiar é, em última instância, uma opção de redistribuição da riqueza, de geração de postos de trabalho, de atração dos jovens para os municípios (estados). Os pequenos produtores, muitas vezes, vistos como um problema, são parte da solução, o maior activo dos municípios.

A agricultura, principalmente a agricultura familiar, em termos práticos ainda não tem merecido a atenção necessária por parte do governo angolano, basta olharmos para a degradação dos serviços em âmbito local e o atraso tecnológico que se regista, o que resulta fundamentalmente da adoção de um modelo de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, baseado na exploração e exportação de petróleo e na concentração da riqueza, que não permitiu e não permite o desenvolvimento da agricultura familiar.

A maior limitação da presente pesquisa encontra-se na gestão, nos resultados das políticas públicas verificadas, a falta de controle social das políticas públicas verificadas, a carência de dados, falta de informações credíveis, bases mais sólidas e confiáveis sobre como estas políticas foram criadas, implementadas e os seus

resultados, impossibilitando assim o desenvolvimento ou um estudo mais profundo sobre o tema em questão.

Sugere-se então, uma maior atenção por parte do governo angolano para o setor em estudo, mais políticas públicas, é importante também que se promova debates sobre o entendimento da Agricultura Familiar, de modo a melhorar o conhecimento sobre as características deste segmento da sociedade, desmistificando os preconceitos à volta do mesmo, como sendo apenas uma agricultura de subsistência, uma pesquisa de campo dentro da gestão destas políticas públicas, entender como elas são criadas, executadas e os resultados das mesmas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 149 p.

AFRICA DEVELOPEMENT BANK. Disponível em:
<https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Evaluation-Reports-_Shared-With-OPEV_/Angola%20-%20Private%20Sector%20Country%20Profile%20-%20Version%20Portugaise.pdf>
Acesso em: 26.abr.2018

AGRONEGÓCIO. **Rede de Cooperação da Fileira das Tecnologias e Serviços do Agronegócio**. 2014. Disponível em: <<http://www.agro-negocio.pt/pdf/angola.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

Alves Primo. Conferência Inter-provincial sobre Terras. Huambo, 2011.

ANGOLA. República. **Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Luanda, março de 2009. Disponível em:
<<http://www.ulonowomunga.org/index.php/observatorio/social/send/6-social/99-angola-estrategia-de-seguranca-alimentar>>. Acesso em: 20.abr. 2018

ANGOLA. Governo de. **Resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação de Angola 2014**. Disponível em:
<[file:///C:/Users/pc/Downloads/Publica%C3%A7%C3%A3o-Resultados-Definitivos-Censo-Geral-2014%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/pc/Downloads/Publica%C3%A7%C3%A3o-Resultados-Definitivos-Censo-Geral-2014%20(2).pdf)>. Acesso em 28.abr.2018

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalho na graduação**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalho na graduação**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
CONSTITUINTE, Assembleia. Constituição da República de Angola. Disponível em:
<http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf>. Acesso em 18. març.2018

BANCO MUNDIAL. **Doing Business 2010**. Disponível em:
<<http://portugues.doingbusiness.org/404.aspx?item=%2fexploreconomies&user=extranet%5cAnonymous&site=db-portugues>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. **Indicadores do Desenvolvimento Mundial**. Disponível em:
<https://www.google.com/publicdata/explore?ds=wb-wdi&hl=pt&dl=pt> Acesso em: 20 abr. 2018

CANDEIAS, José Manuel Lapa. **UIDRA - Unidade Integrada de Desenvolvimento Rural em Angola - uma proposta**. Disponível em:
<http://www.ela.uevora.pt/download/ELA_desenvolvimento_05.pdf>. Acesso em: 29.abr.2018

CEIC/UCAN. **A distribuição do rendimento como modelo alternativo de crescimento. Fevereiro, 2015.** Disponível em: Acesso em: 29 de mai.2018

CEIC/UCAN. **Quão Importante é Agricultura para o Governo Angolano?** Disponível em: <<http://www.ceic-ucan.org/wpcontent/uploads/2018/02/Qu%C3%A3o-Importante-%C3%A9-Agricultura-para-o-Governo-Angolano.pdf>>

CORIGE, M.; HENRIQUES, P. D.; CARVALHO, M. L. **Constrangimentos no desenvolvimento da Agricultura no corredor do rio Dande: o caso de Santa BoleaTari, Bengo, Angola.** Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/9367>>. Acesso em 29.abr.2018

ECP. **Estratégia de Combate à Pobreza.** Governo de Angola, 2005.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Ideias, conhecimentos e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes.** *Rev. Brasileira de Ciências Sociais, Campinas*, v.18, n.5, pág. 21-30, fev. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092003000100004&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 20.setemb.2017.

FIDA. **Fundo de internacional de desenvolvimento agrícola. Investir na população rural de Angola.** Via paola di dono. Itália. Fevereiro de 2014. Disponível em:< <https://www.ifad.org/>>. Acesso em: 28. mar 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4^a ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2002.

GUILHERME, Costa Delgado; SONIA, Maria Pessoa Pereira Bergamasco. **AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE FUTURO.** Disponível em: em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/agricultura/agricultura-familiar-brasileira-desafios-e-perspectivas-do-futuro/1-agricultura-familiar-brasileira-desafios-e-perspectivas-do-futuro.pdf>> Acesso em: 22 de setemb.2017

HODGES, Tony. **Angola: Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem.** 3^a ed. Cacais: Principia, 2003.

HORING, **Jéssica da Silva.** OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM ANGOLA: TRAJETÓRIA POLÍTICA, GUERRA CIVIL E IMPACTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ESTADO (1975-2002. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140501/000988807.pdf?sequence=1>> Acesso em: 16 de març.2018

INE. Instituto Nacional De Estatística. **Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População.** 2011. Disponível em: <http://www.ine.gov.ao/xeo/attachfileu.jsp?look_parentBoui=770636&att_display=n&att_download=y>. Acesso em: 6 abr. 2018

JOVER, Stefanía; PINTO, Anthony Lopes; MARCHAND, Alexandra. Angola: **Perfil do Setor Privado do País**. AfricanDevelopment Bank / AfricanDevelopmentFound. Reino Unido: Setembro 2012. Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Evaluation-Reports/Angola%20-%20Private%20Sector%20Country%20Profile%20-%20Portuguese%20Version.pdf>. Acesso em: 01 Abr. 2018.

KAGEYAMA, Angela. **Os rurais e os agrícolas de São Paulo no Censo de 2000. Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 20, n. 3, p. 413-451, set./dez. 2003. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/89599/1/OSRURAIS.pdf>> Acesso em: 20 de setemb. 2017.

KOTLINSKI, Ana Maria Benavides; GIULIANIS, Alexandre Kotlinski. **O novo paradigma de políticas públicas: Estado e sociedade civil, uma esfera ampliada**. Direito em ação, Brasília, v.8 n.1, janeiro 2012. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDA/article/download/4935/3120>>. Acesso em: 20 de setemb.2017

MARCONI, Marina de Andrade, Eva Maria Laca-tos **Fundamentos de metodologia científica**.-7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINI, Luiz Carlos Pittol; TRENTINI, Élen Cristin. **Agricultura em zonas ripárias do sul do Brasil: conflitos de uso da terra e impactos nos recursos hídricos. Soc. estado**. Brasília, v. 26, n. 3, p. 613-630, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2018.

Ministério do Desenvolvimento Agrário **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR** Outubro 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf> Acesso em: 22 de setemb.2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Como Exportar Departamento de Promoção Comercial Divisão de Informação Comercial Brasília. **CEX. 2010**. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/comoExportar/CEXAngola.pdf>> . Acesso em: 29 Març. 2018.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Estimativa das Explorações Agrícolas do Tipo Familiar**. Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas (GEPE) 2016.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Financiamento ao sector agrícola em angola experiências e acções em curso**. 2018.

MIRANDA, Jorge. A CONSTITUIÇÃO DE ANGOLA DE 2010. Disponível em:<<https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/583-502.pdf>> Acesso em :16 de març.2018.

NACÕES UNIDAS. **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento: quem se beneficia com a liberalização do comércio em angola? Uma perspectiva de gênero.** 2013. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ditc2013d3_en.pdf> Acesso em 20 març. 2018.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** Estudos avançados, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. <Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009>. Acesso em: 24 de setemb.2017.

NACÕES UNIDAS. Conferência **das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento: quem se beneficia com a liberalização do comércio em angola?** Uma perspectiva de gênero. 2013. Disponível em: http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ditc2013d3_en.pdf. Acesso em: 20 de març.2018

NAÇÕES UNIDAS. O QUADRO JURÍDICO DO INVESTIMENTO PRIVADO NA REPÚBLICA DE ANGOLA. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/dtiktcd20101_en.pdf>. Acesso em 20 DE MARÇ.2018

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Representação em Angola.** Disponível em:<http://www.afro.who.int/sites/default/files/2017-06/angola_bianual-health-report-2012-2013.pdf> Acesso em: 26.abr.2018

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PACHECO, Fernando; CARVALHO, Ma Leonor Da Silva; HENRIQUE, Pedro Damião. Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana. Luanda: Ed. Universidade de Évora/Comissão Executiva do 2.º Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural/Universidade Metodista de Angola, 2013. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/9386>>. Acesso em: 2.de.Maio.2018

PINHEIRO, J. M. dos S. **Da iniciação científica ao TCC: uma abordagem para os cursos de tecnologia.** Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2010.

PINTO, João N. **Direito à alimentação e segurança alimentar e nutricional nos países da CPLP. FAO.** Roma, 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i3348o.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. 2014. **Sustentar o progresso humano:** reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf>. Acesso em: 29 abr.2018.

ROCHA, Manuel José Alves.**Os limites do crescimento económico em angola.** Luanda: Ed mayamba, 2012.

RUA, Maria das Graças. **Análises de políticas públicas: conceitos básicos.**

Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/201275802/Analise-de-Politicass-Publicas-Conceitos-Basicos-Maria-das-Gracas-Rua>>. Acesso em: 20 de setemb.2017

Teixeira, Carlos Silva. Análise e avaliação das políticas públicas: seu impacto no desenvolvimento local em angola. Disponível em:

<http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/5274>. Acesso em: 20. Setemb. 2017.

SCHMIDT, João Pedro. **Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos.** In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogério Gesta (Org.). Direitos Sociais & Políticas Públicas. Desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008, t.8. Disponível

em:<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/10/docs/para_entender_as_politicass_publicas_-_aspectos_conceituais_e_metodologicos.pdf> Acesso em: 2 de outu. 2017.

SCHNEIDER, Sergio. **Reflexões sobre diversidade e diversificação.** Agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. Disponível em: <www.ufrgs.br/.../sergio-schneider/schneider-s-reflexoes-sobre-diversidade-e-diversific...> Acesso em: 4 de outu. 2017.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

SILVEIRA, Angelo Miguel de; GUSMAN, José Maria. **Agricultura familiar, desenvolvimento rural e políticas públicas.** 2006. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1026409/agricultura-familiar-desenvolvimento-rural-e-politicass-publicas>> Acesso em: 10 de outu. 2017.

_____. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009> Acesso em: 4 de outu.2017

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura.** Sociologias, Porto Alegre, v.8, n.16, pág. 20-45, jul. /dez. 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 2 de outu. 2017.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

VILAS-BÔAS, Júlia Covre. **A presença de empresas brasileiras na África: incentivos atrativos e motivações.** Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 2. p. 29-37.jul. Idez. 2000. Disponível em:

<https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=A+valoriza%C3%A7%C3%A3o+da+agricultura+familiar+e+a+reivindica%C3%A7%C3%A3o+da+ruralidade+no+Brasil&author=WANDERLEY+M.+N.+B.&publication_year=2000&journal=Desenvolvimento>

+e+Meio+Ambiente&volume=2&pages=29-37> Acesso em: 26 de outu. 2017.